

Orientação sexual e identidade de gênero: um olhar no campo do ensino de ciências biológicas

Sexual orientation and gender identity: a look at the field of biological science education

Thiago Ferreira Abreu

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
thiago.abreu@ufrgs.br

Paula Regina Humbelino de Melo

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
paula_rhm@hotmail.com

Tatiana Souza de Camargo

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
tatiana.camargo@ufrgs.br

Thalles Pinto de Souza

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
thallespsouza@gmail.com

Resumo

Trata-se de uma revisão bibliográfica nas bases *Scholar Google*, *SciELO*, além de documentos oficiais publicados pelo Ministério da Educação, com publicações que se apresentam entre os anos de 1995 a 2020. As revisões deixam evidente que as escolas muitas vezes excluem do currículo assuntos de interesse social, como orientação sexual e identidade de gênero, proporcionando uma barreira de isolamento, e regularmente privando liberdade do sujeito de ser e se expressar de maneira livre, sem estereótipos socialmente construídos. As discussões sobre gênero e sexualidade, se alicerçam em teorias sociológicas, psicológicas e no campo do determinismo biológico, que infelizmente convergem para uma normatização dos corpos a um reducionismo biológico. É primordial compreender que a escola é um espaço multifacetado e diversos, sendo necessário a construção de políticas públicas, documentos oficiais que abordem as temáticas orientação sexual e identidade de gênero, e que educadores saiam da perspectiva naturalista e irracional da biologia.

Palavras chave: biologia essencialista, educação sexual, formação inicial de professores, diversidade.

Abstract

This is a literature review on Scholar Google, SciELO, and official documents published by the Ministry of Education, with publications from 1995 to 2020. The reviews make evident that schools often exclude from the curriculum subjects of social interest, such as sexual orientation and gender identity, providing a barrier of isolation, and regularly depriving

freedom of the subject to be and express themselves freely, without socially constructed stereotypes. The discussions about gender and sexuality are based on sociological and psychological theories, and on the field of biological determinism, which unfortunately converge to a standardization of the bodies to a biological reductionism. It is essential to understand that school is a multifaceted and diverse space, and it is necessary to build public policies and official documents that address the themes of sexual orientation and gender identity, and that educators leave the naturalistic and irrational perspective of biology.

Key words: essentialist biology, sex education, initial teacher education, diversity.

Considerações iniciais

A educação está diretamente relacionada ao meio social onde o indivíduo se desenvolve, assim, o comportamento é espelhado na sociedade conforme o meio social que o indivíduo se encontra. Esses comportamentos são oriundos de dois espaços específicos: a base familiar que as crianças e jovens e as instituições de ensino, ambos espaços têm como articular multiplicidade de informações e relações são constituídas ao longo de suas eminentes trajetórias de vida.

A escola como agente social é alicerçada em diversos valores, a partir do espaço e da comunidade a qual está situada. Por vezes, aplainam o comportamento dos estudantes a partir de uma perspectiva heteronormativa, trazendo em suas raízes um discurso e práticas de exclusão e segregação institucionalizadas.

As instituições de ensino muitas vezes excluem do currículo discussões de assuntos indispensáveis para a formação de cidadãos críticos, entre as quais destacam-se: orientação sexual e identidade de gênero. O conceito de orientação sexual e identidade de gênero é trabalhado por diversos autores, entre os quais destaca-se Jesus (2012), que apresenta a orientação sexual como atração entre as pessoas e não necessariamente gêneros, ou seja, a orientação sexual é constituída ao longo da trajetória de cada um, enquanto sujeitos capazes de exercer tanto a sexualidade, bem como a afetividade. A identidade de gênero é definida pela autora como a identificação que o indivíduo, podendo ou não está de acordo com gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento.

Após o entendimento desses conceitos, é primordial considerar que as escolas como espaços educadores, precisam estarem abertas ao aprendizado que atenda as expectativas dos estudantes e que possam sanar eventuais barreiras de isolamento.

Um fator muito importante a ser mencionado são as distorções das políticas de educação sexual em uma perspectiva conservadora, uma espécie de política sexual voltada a ameaça das estruturas familiares. Louro (2003), traz que “As políticas curriculares são, então, alvo da atenção [de setores conservadores], na tentativa de regular e orientar crianças e jovens dentro dos padrões que consideram moralmente sãos” (LOURO, p. 130, 2003). Essa referência à palavra “são” vem no sentido de mencionar a “normalidade”, em uma análise mais profunda a palavra “são” no dicionário da língua portuguesa, alude boa saúde, saudável, pessoa sã sensata e por último perfeito. Observar como a grafia das palavras se apresenta em análises sociais é extremamente importante, pois denota a literalidade e a queda de braço com a moralidade nas situações que remetem a diversidade.

Os ataques do conservadorismo nas políticas curriculares aumentaram significativamente nos últimos anos, principalmente com as políticas de educação sexual e de gênero na escola,

sobretudo com o projeto Escola Sem Partido ¹apresentado em diversas casas legislativas em âmbito municipal, estadual e federal. A educação não pode se tornar um espaço de seletividade como aponta Abreu (2018),

é notável como a escola reage quando o assunto é diversidade sexual e identidade de gênero. A LGBTfobia torna-se institucionalizada quando o sistema escolar se isenta das discussões, quando naturaliza os casos de LGBTfobia em sala de aula (até mesmo acometidos pelos professores), transpassando pela minimalência de qualquer caso de violência no espaço escolar (ABREU, pág.18. 2018)

É necessário que a escola se atualize sobre as temáticas de diversidade sexual e identidade de gênero, para assim, se transformar em um local mais humano. É preciso que o ambiente escolar renuncie a ignorância sobre o tema da diversidade sexual e assume a responsabilidade de espaço formativo para todos (as) como está garantido na Constituição Federal do Brasil de 1988.

O artigo é resultado de uma revisão bibliográfica desenvolvida no âmbito das atividades no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da vida e saúde, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGQVS/UFRGS), que teve como objetivo discutir como as temáticas, diversidade sexual e identidade de gênero encontram-se na literatura, considerando o papel que a disciplina de ciências e biologia possuem nessas discussões. As discussões serão norteadas a partir das singularidades do espaço escolar e demais seguimentos da sociedade pela população LGBT, com o intuito de discutir as temáticas: gênero, sexualidade e educação sexual em contexto escolar.

Procedimentos metodológicos

Para o levantamento dos dados discutidos neste trabalho, foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais na base do *Scholar Google*, *SciELO*, além de buscas em documentos oficiais publicados pelo Ministério da Educação (MEC), com publicações que se apresentam entre os anos de 1995 e 2020. As pesquisas bibliográficas são concretizadas a partir de materiais já preparados, sobretudo livros e artigos científicos. Na compreensão de Gil (2002, p. 45), “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

Em analogia ao seu objetivo, essa pesquisa caracterizou-se como explicativa e exploratória, buscando “por uma interpretação dos significados atribuídos pelos sujeitos a suas ações em uma realidade socialmente construída” (MOREIRA, 2012, p. 76). Para Gil (2002), as pesquisas explicativas têm como preocupação principal a identificação dos fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos, além disso, o tipo de pesquisa explicativa/exploratória busca relacionar hipóteses em uma visão mais unitária do universo estudado. Para a concretização deste trabalho, utilizou-se uma abordagem qualitativo

¹ Neste espaço apresentamos como o Movimento Escola Sem Partido se apresenta a sociedade: “O Escola sem Partido foi criado para mostrar que esse problema não apenas existe, como está presente, de algum modo, em praticamente todas as instituições de ensino do país. Com esse objetivo, colocamos à disposição da sociedade um acervo permanente de informações sobre o tema, e um espaço no qual estudantes, ex-estudantes e pais poderão expressar suas opiniões sobre professores, livros e programas curriculares que ignoram a radical diferença entre educação e doutrinação. Disponível em <<http://www.escolasempartido.org/quem-somos/>> acesso em 19/03/2021.

Projeto Escola Sem Partido protocolado na Câmara dos deputados sob o PL 7180/2014. Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node015a3rvo41ekx3a4463a1q9ur01292094.node0?codteor=1230836&filename=Tramitacao-PL+7180/2014> Acesso em 19/03/2021.

proposto por (LUDKE; ANDRÉ, 1986; GHEDIN; FRANCO, 2008), considerando que esse enfoque possui maior aderência as pesquisas em ciências humanas e sociais e educação em ciências onde essas pesquisas estão inseridas.

As discussões sobre diversidade sexual no ensino de ciências/biologia

Ao realizar trabalhos como este, abre-se possibilidades de discutir os preconceitos e as práticas discriminatórias em relação à diversidade sexual e de gênero no espaço escolar, sendo uma forma de denunciar essas práticas que permeiam durante séculos. Por um lado, os processos de exclusão podem apontar novos caminhos, para que processos comportamentais e educacionais sejam implementados no espaço escolar com o objetivo de engessar e reduzir a discriminação e o preconceito.

Em 1996, alguns documentos legais do Ministério da Educação abarcou a sexualidade como tema transversal nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) do Ensino Fundamental (BRASIL, 1998). Entretanto, o discurso institucional que seria capaz de ensejar a dilatação e o aprofundamento das discussões em termos analíticos e progressistas, ainda girava em torno das preocupações de combate à Aids e ISTs de maneira única e exclusiva.

Cabe ressaltar que para a efetividade dessas discussões é necessário, primariamente uma agenda política, social e educacional para o fomento do debate. Na ausência destes parâmetros, o ensejo da política pública de educação sexual, identidade de gênero e orientação sexual no espaço escolar é negligenciado, como se pode observar na atualidade, uma vez que essa agenda progressista não é uma prioridade nas pastas do Ministério da Educação, tampouco no Ministério dos Direitos Humanos.

No ensino de ciência/biologia é essencial contextualizar qual o papel que essa área de conhecimento exerce nas discussões sobre gênero e sexualidade. A conceituação de gênero se coloca em confronto com os princípios essencialistas, naturalizantes, amarrados as distinções de caráter biológico, que ofuscam os agentes sociais e históricos das diferenças e desigualdades entre homens e mulheres. Expressa “uma rejeição a um determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual”, ao trazer à tona o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas em tais conceitos (SCOTT, 1995, pág. 72 & DE LAURETIS, pág.12,1986).

Infelizmente, ainda hoje quando surgem as discussões sobre gênero e sexualidade, estes diálogos por vezes são alicerçados em teorias sociológicas, psicológicas e no campo do determinismo biológico, que de forma deprimente convergem para uma normatização dos corpos a um reducionismo biológico.

Embora as discussões sobre sexualidade e gênero não sejam uma exclusividade das ciências biológicas, é neste campo de estudo o primeiro contato dos estudantes com estes conteúdos como infecções sexualmente transmissíveis, reprodução humana, fisiologia humana e anatomia no ensino fundamental e ensino médio nos quais é especialmente difícil determinar a fronteira que separa os conceitos científicos das ciências naturais de um discurso moralizante em relação ao sexo, para crianças e adolescentes (SOUZA & DINIS, pág. 121, 2010).

É essencial ponderar que essas problemáticas emergem a partir da negatividade do padrão imposto de forma promissória na nossa sociedade, ou seja, o heteronormatividade dominante. Nessa perspectiva, o espectro que ecoa é que os “seres humanos só podem nascer como machos ou fêmeas; pertencendo a um dos dois gêneros possíveis, masculino ou feminino;

conduzindo “naturalmente” os/as sujeitos/as a desejarem os/as indivíduos/as de sexo/gênero oposto ao seu” (SANTOS E LAGE, 2018, p. 101).

É deste padrão, que se apresenta neste texto a palavra reducionista. Para exemplificar de maneira lúdica a afirmação do pertencimento “a um dos dois gêneros possíveis”. As reflexões de Morando & Souza (2019) que fazem menção ao ato constituinte de como ser homem e a expressão e produção de masculinidade vinculada a virilidade do homem.

Constituem suas subjetividades imbricadas às verdades dos outros, que tomam para si, agindo sobre si mesmos e configurando suas identidades. Todavia, ao mesmo tempo em que, no campo social, atuam uma multiplicidade de forças direcionadas ao governo dos corpos, em seus espaços de “liberdade”, os corpos também resistem a determinadas regras, produzindo outras verdades e modos de existência. Esses movimentos de submissão e de resistência configuram-se como “lutas” produtoras de rearranjos nas subjetividades e na cultura que se produzem e transformam. (MORANDO & SOUZA, 2019, p. 229)

O autor e a autora fazem menção as adaptações, ou seja, o comportamento enquanto “homem” esperado por terceiros na vertente analítica da privação da liberdade do sujeito de ser e expressar de maneira livre e sem estereótipos socialmente construídos.

Em diferentes espaços sociais o corpo é constituído a partir de um molde, uma matriz que atua em distintas instancias sociais e que norteiam o comportamento cultural sob o parâmetro de qual roupa deve-se vestir, sob a escolha de suas cores, como sentar e o que é aceitável ou repugnável com o fim de produzir sujeitos que sejam aceitáveis a partir da práxis moralista como “feminina” ou “masculino”.

É impossível continuar o debate sem mencionar as concepções higienistas que permeiam o espaço escolar desde o século XX. Muito embora, o higienismo seja atacado por muitos autores nos tempos atuais, acredita-se que é necessário ter a maturidade de compreender que o higienismo cumpriu seu papel quando esteve em protagonismo entre os séculos XIX e XX, principalmente no que tange a erradicação de doenças que se alastravam na sociedade principalmente nas camadas populares. De forma talvez equivocada ou de pouca sabedoria, a educação sexual adentra as discussões a partir do higienismo no século XX. Na atualidade, o higienismo perdeu sua função, uma vez que existem a disposição outros dispositivos para atuação na saúde pública, na educação e nas entrelinhas da educação sexual. Ainda no campo da biologia, é necessário destacar a ausência dos discursos sobre gênero e orientação sexual no campo das ciências biológicas,

esse “silenciamento” relativo ao gênero pode nos mostrar um efeito das verdades do discurso biologizante, no qual os objetos em discussão tornam-se conhecidos e pensados através das e pelas “lentes” da biologia. No caso do estudo do corpo, as características das genitálias naturalmente definirão os gêneros, masculino e feminino, aqueles que fogem desta norma tornam-se os “anormais”, os desviantes. (MORANDO & SOUZA, 2019).

O silenciamento é compreendido nessa sentença como proposital, a partir de uma metodologia falha de enquadrar os sujeitos em caixas, não permitir a presença do diferente ou simplesmente enquadrar as pessoas em estereótipos de gênero contextualizados numa nomenclatura pobre e pequena entre “machos e fêmeas”.

Considerações finais

De uma forma geral, as lentes da biologia necessitam produzir discursos que busquem sistematizar os temas da educação sexual, identidade de gênero e orientação sexual. Nos

últimos tempos, a pauta da livre orientação sexual e da identidade de gênero conquistou um espaço significativo no campo social, entretanto no espaço de escolarização muitos dos discursos e práticas que se observou no século passado ainda suprimem o progresso da educação sexual nos espaços de ensino e contribuem de forma direta e indireta para disseminação do preconceito.

Neste contexto, é primordial compreender que a escola é um espaço multifacetado e diversos e/ou deveria ser a primeira tarefa, mas infelizmente, com o advento da naturalização dessa prática pelos órgãos governamentais, com a formação inicial de professores ainda pouco progressista no que tange a pauta da educação sexual, ainda não foi possível sair da perspectiva naturalista e irracional da biologia.

A constituição dos sujeitos é cultural, a homossexualidade deixou de ser considerada doença no ano de 1990 pela Organização Mundial da Saúde (OMS), já fazem 30 anos e a transexualidade só deixou de ser classificada como doença pela OMS em junho de 2018. Assim, é necessário um esforço coletivo da sociedade civil, da escola e do governo para garantir a inclusão e a respeitabilidade da população LGBT nos espaços escolares.

Por fim, a construção de políticas públicas efetivas nos documentos norteadores da educação brasileira necessita ser o primeiro passo, os PCNs abordam de maneira rasa os temas da educação sexual, a efetividade fica comprometida a partir da subjetividade como estes temas são postos nos documentos oficiais.

Referências

- ABREU, T. F. (2018). O SANGUE DOS LGBT'S NOS UNIFORMES ESCOLARES: LGBTFOBIA INSTITUCIONALIZADA E A SUA RELAÇÃO COM O MAL-ESTAR DISCENTE.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental, v. 10.5. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- DE LAURETIS, Teresa. Feminist studies/critical studies: Issues, terms, and contexts. In: *Feminist studies/critical studies*. **Palgrave Macmillan**, London, 1986. p. 1-19.
- GHEDIN, E.; FRANCO, M. A. Questões de método na construção da pesquisa em educação. São Paulo, **Cortez**, 2008.
- GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: **Atlas**, 2002.
- JESUS, Jaqueline Gomes. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. Brasília: Autor, 2012.
- LOURO, Guacira Louro. “Currículo, gênero e sexualidade. O ‘normal’, o ‘diferente’ e o ‘excêntrico’”. In: LOURO, G. L., NECKEL, J. F. & GOELLNER, S. V. (orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade*. Petrópolis: **Vozes**, 2003
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo, EPU, 1986.
- MOREIRA, M. A. Metodologias de Pesquisa em Ensino (1ªed.). São Paulo: **Livraria da Física**, 2012.
- Santos, É. S., & Lage, A. C. (2018). LGBTFOBIA NA ESCOLA: IMPLICAÇÕES DA GESTÃO ESCOLAR. **Revista Fórum Identidades**.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & realidade*, v. 20, n. 2, 1995.